

Maria Maeno

Instituto Walter Leser da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (IWL)

Boa tarde a todas e a todos!

Antes de fazer considerações sobre a questão da saúde do trabalhador, devo uma explicação.

Alguns de vocês me conhecem e sabem que sou médica e pesquisadora da Fundacentro desde 2005, e que tenho uma trajetória de 19 anos no SUS, junto a companheiros que se esforçam para que a dimensão trabalho seja incorporada nas ações sanitárias desde 1987, antes mesmo do SUS existir formalmente, quando atuei no Programa de Saúde dos Trabalhadores da Zona Norte de São Paulo e depois no CEREST/SP nos seus primórdios. A tentativa sempre foi de encontrar caminhos para construir políticas públicas que coloquem a saúde dos trabalhadores acima dos interesses econômicos.

Após o golpe de 2016 e depois com a eleição do governo Bolsonaro, as possibilidades de atuação nessa perspectiva crítica dentro de instituições do governo federal como a Fundacentro se reduziram drasticamente.

Os gestores daquele governo, utilizando expressões eufemísticas, como “simplificação e desburocratização de normas legais; segurança jurídica; redução da judicialização; inovação; modernização”, direcionaram sua atuação no aprofundamento do desmonte de direitos sociais, em particular os trabalhistas e previdenciários, no enfraquecimento da auditoria fiscal do trabalho e dos sindicatos.

Sabendo que havia um desejo da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo em ativar o seu Instituto Walter Leser, no sentido de promover reflexões sobre a saúde coletiva, organizamos um grupo de Saúde do Trabalhador desde 2021, com pessoas vinculadas a CEREST, universidades, órgãos de pesquisa e movimento sindical, mas antes de tudo, militantes profundamente comprometidos com a classe trabalhadora. Neste momento as expectativas em relação a Fundacentro são as melhores possíveis e a nomeação de um presidente forjado nas lutas do SUS e movimentos sociais nos trazem esperanças de romper o isolamento que nos foi imposto nos últimos anos.

Como interromper a histórica exclusão social de trabalhadores e trabalhadoras, muitos pelas incapacidades decorrentes de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, que penalizam as famílias e oneram o Estado brasileiro? Como deixarmos de enxugar gelo, correndo atrás **apenas** dos prejuízos sem mudarmos os determinantes dessas tragédias que ocorrem diariamente.

Perseguir respostas a essas perguntas é a única maneira de homenagear as vítimas de acidentes do trabalho.

A saúde do trabalhador é um direito humano e constitucional e, portanto, inalienável, irrenunciável. Diz respeito a todos os adultos do país e infelizmente a muitas crianças.

No entanto, até hoje não há uma ação continuada e orquestrada de governo, universidades, movimento sindical, movimentos sociais e populares para tornar realidade o que nossa Constituição já determina: **“que as políticas sociais e econômicas devem visar à redução do risco de doença e de outros agravos.”** Pelo contrário, os Ministérios responsáveis pelas políticas econômicas, como o da Economia, da Agricultura e Pecuária, de Minas e Energia, da Indústria seguem sobejamente sem considerar em nenhum momento os impactos sobre o meio ambiente e sobre a integridade física e psíquica dos que produzem as riquezas em nosso país. É preciso construir uma **Política Nacional Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, com a participação do chamado núcleo duro do governo, como a Casa Civil, de pastas que definem o modelo econômico do país e as condições determinantes dos acidentes e adoecimentos e daquelas que visam a proteção social, como a Saúde, o Trabalho, a Previdência e Assistência Social, os Direitos Humanos, a Igualdade Social, as Mulheres, junto a representantes de todos os movimentos sociais correlatos, para que não se perca jamais a realidade dos territórios.**

Nossa inspiração é a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o SISAN, que apesar de atacados pelos governos Temer e Bolsonaro, deixaram frutos nos territórios que literalmente salvaram vidas e revelaram a impactante cifra de 33 milhões de pessoas passando fome no país.

Todos temos direito a 3 refeições de qualidade por dia e lutar por um trabalho digno é lutar por um mercado de trabalho que não nos corrompa, não nos violenta, não nos adoça e ao mesmo tempo produza coisas das quais a sociedade precisa.

Cito algumas propostas totalmente factíveis e que vêm sendo abraçadas por várias pessoas, instituições e entidades:

- Realizarmos uma pesquisa nacional de forma intersetorial sobre condições de trabalho e doenças a elas relacionadas.
- Ampliarmos os direitos sociais, em especial trabalhistas e previdenciários, quebrando a triste tradição de predomínio de trabalhadores informais.
- Eliminarmos os dispositivos que transformam as autodeclarações das empresas em estatísticas oficiais. Pasmem, as estatísticas oficiais sobre acidentes e doenças relacionadas ao trabalho são aquelas que, a grosso modo, as empresas quiseram declarar.
- Desvincularmos as informações prestadas pelas empresas, sobre condições de trabalho e agravos delas decorrentes, das bases de dados sigilosas, como as da Receita Federal, especificamente o eSocial.
- Democratizarmos o processo de registro de condições de trabalho, acidentes e doenças, **garantindo o direito a qualquer cidadão de fazer a notificação**, conforme princípio expresso no § 3º do artigo 3º da Portaria 204 do Ministério da Saúde, de 17 de fevereiro de 2016.

- Buscamos integração intra e intersetorial dos sistemas de informação da saúde, trabalho e previdência (regime geral e regime próprio dos servidores públicos) **de maneira que se possa facilitar o acesso a direitos sociais, sanitários, trabalhistas e previdenciários**, incluindo o âmbito judiciário.
- Fortalecermos a auditoria fiscal do trabalho, em especial a sua atribuição de fiscalização dos ambientes e processos de trabalho, bem como as estruturas de vigilância do SUS, **quebrando uma cultura de corporativismos**, que minam o desenvolvimento de ações sinérgicas e robustas.
- Buscamos integração intra e intersetorial dos sistemas de informação da saúde, trabalho e previdência (regime geral e regime próprio dos servidores públicos) de maneira que se possa facilitar o acesso a direitos sociais, sanitários, trabalhistas e previdenciários, incluindo o âmbito judiciário.
- Fortalecermos o SUS que representa uma das maiores políticas públicas de proteção e **diminuição da crônica desigualdade social em nosso país**.
- Estabelecermos uma rede de universidades que auxilie na formação técnica e política de profissionais de saúde do trabalhador comprometidos com os interesses coletivos e **não com os métodos cartoriais que beneficiam as empresas**.
- Garantirmos ao trabalhador o direito humano de intocabilidade do corpo para que seu desgaste deixe de ser indicador de demissão e discriminação pelas empresas e seus médicos.
- Criarmos um disque-denúncia para violências relacionadas ao trabalho.